

REPENSANDO A SOLIDEZ DO SISTEMA ESCOLAR NA MODERNIDADE LÍQUIDA

Rethinking the Scholl System in the Solid Liquid Modernity

Andressa Tolfo RAMALHO¹
Pedro José PACHECO²

RESUMO

O presente trabalho apresenta a análise da realidade vivida pelos usuários de uma escola municipal da cidade de Santiago/RS, no que diz respeito os diferentes atravessamentos que sofrem dessa modernidade líquida que os faz posicionar-se, pensar e relacionar-se de diversas formas nesta instituição. Isto acaba gerando movimentos, suscitando mudanças e questionamentos em um Sistema Escolar que se mostra sólido, acabando por tentar barrar estes movimentos, pois a instituição escolar entende que eles trazem “riscos” a sua organização acarretando em conflitos entre os usuários e a instituição. A referida análise teve por base uma pesquisa cartográfica, com observação participante e a utilização do diário de campo, para relatar os movimentos, e as dificuldades encontradas por estes usuários neste Sistema Escolar Sólido.

Palavras Chave: Modernidade Líquida, Movimentos, Sistema Escolar Sólido.

ABSTRACT

This paper presents an analysis of reality as experienced by users of a public school in the city of Santiago / RS, regarding the different crossings that suffer from this liquid modernity that makes them stand up, think and relate in many ways this institution. This ends up generating movements, changes and raising questions in a school system that feels solid and eventually try to stop these movements, because the school believes they have "risk" your organization resulting in conflicts between users and the institution. This analysis was based on a cartographic research, using participant observation and the use of the diary, to report the movements, and difficulties encountered by these users in the School System Solid.

Keywords: Liquid Modernity, Movements, School System Solid.

INTRODUÇÃO

O presente artigo ampara-se em um projeto de pesquisa que enfocou a temática: Repensando a solidez do Sistema escolar na Modernidade Líquida. Para isso foram, realizadas observações,

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade Regional integrada do Alto Uruguai e das Missões-URI -Campus Santiago. andressatolforamalho@yahoo.com.br

² Professor do curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-URI-Campus Santiago. pedrojpacheco@hotmail.com

durante as vivências com professores, alunos, funcionários, diretora, vice-diretora e coordenadoras pedagógicas nos dois turnos disponíveis em uma escola municipal, da cidade de Santiago/RS. Esta oferece Educação Infantil e Ensino Fundamental e realiza suas atividades em dois turnos – matutino e vespertino. De porte pequeno, oferece dez salas e uma biblioteca com laboratório de informática, atendendo crianças e adolescentes da classe baixa.

Foi através dessas observações, que pude perceber em alguns usuários dessa escola formas diferentes de pensar, se posicionar e se relacionar nessa instituição, estas formas vinham como movimentos que partiam destes usuários como tentativas de mudança, enquanto esta instituição acaba vendo essas tentativas como sendo problemas a serem resolvidos através de punições, que acabam acarretando em conflitos entre usuários e instituição.

Cabe ressaltar que o objetivo deste artigo é acompanhar os diferentes atravessamentos³ que os usuários são produzidos pela modernidade líquida, que está em constante mudança e transformação, exigindo dos sujeitos cada vez mais heterogeneidade e aptidão para estarem sempre abertos às novidades que o mundo oferece, trazendo assim diferentes atravessamentos para os usuários desta escola fazendo com que pensem, se posicionem e se relacionem de diversas formas, estas que criam movimentos que suscitam mudanças tanto no próprio usuário como no coletivo onde está inserido. Estas mudanças acabam questionando a organização de um sistema escolar sólido, baseado em regras, normas e que encaixa os usuários em formas. Estes questionamentos acabam sendo barrados pela escola acarretando em “problemas” para os usuários.

Para acompanhar estes atravessamentos me utilizei da metodologia cartográfica, que permite que o pesquisador se insira no contexto “pesquisado”, fazendo parte dele e sendo afetado pelas coisas que afetam aquele coletivo.

A cartografia não tem um método estabelecido por regras universais, que têm apenas como objetivo representar a realidade, essa metodologia leva em conta a singularidade de cada contexto. Para relatar minhas vivências juntamente com os usuários desta instituição, onde acompanhei os movimentos e mudanças suscitados pelos atravessamentos que eles sofrem, utilizei do diário de campo, que permite que a construção aconteça coletivamente, onde não há diferença entre sujeito e objeto, e a escrita mostra a construção onde sujeito e objeto se “fazem juntos”. Segundo Barros e Kastrup (2009, p.73)

Ao escrever detalhes do campo com expressões, paisagens e sensações, o coletivo se faz presente num processo de produção de um texto. Nesse ponto, não é mais um sujeito pesquisador a delimitar seu objeto. Sujeito e objeto se fazem juntos, emergem de um plano afetivo. [...] Podemos dizer que a pesquisa se faz em movimento, no acompanhamento de processos, que nos tocam, nos transformam e produzem mundos.

Para analisar o diário de campo que relata a realidade dos usuários nesta instituição, me utilizei de autores como Bauman, Eizirik, Canário, Freire, Barembliitt, Lourau e Freidson. Que falam sobre esta instituição inflexível baseada em regras e normas que tem como objetivo homogeneizar e disciplinar seus usuários. Esta instituição acaba se mostrando intolerante às mudanças suscitadas pelos movimentos criados por seus usuários. Quando esta consegue identificar estes movimentos que “ameaçam” sua organização, rapidamente tenta “exterminá-los” através de punições, que acabam trazendo “conseqüências” para seus usuários.

³ Para Barembliitt (1996, p.33) o conceito de atravessamentos considera as diversas dimensões sociais voltadas para a reprodução da sociedade (instituído, organizado) e resistência a transformação pressuposta pela utopia social e seus princípios, que se interpenetram para fundar conceitos, procedimentos e valores.

UM SISTEMA ESCOLAR HOMOGENEIZANTE

Na modernidade sólida⁴ (idade da razão) o sistema escolar era como uma ferramenta reprodutora da ordem de um Estado soberano que controlava os sujeitos a partir de um modelo de sujeito racional baseado numa cultura, religião, língua universal... Para Bauman (1999, p.29) o Estado moderno nasceu “como uma força missionária, prolecionista de cruzada, empenhado a submeter as populações dominadas a um exame completo de modo a transformá-las numa sociedade ordeira, afinada com os preceitos da razão [...]”

O Estado controlava a sociedade a partir de uma lógica dicotômica (certo e errado, verdade e não verdade) bastante presente nessa modernidade sólida. Aqui me utilizo da metáfora de Bauman que define o Estado como “Jardineiro” (2009, p.22), pois substitui as diversidades culturais apresentadas pelos sujeitos e consideradas erradas por ele, por uma cultura universal considerada certa, ou seja, ele planta um jardim de flores artificiais, mas esse jardim é ameaçado por “ervas daninhas”, plantas não convidadas que mostram a fragilidade da ordem que mantêm e controla esse jardim. Uma das “ervas daninhas” mais temidas pelo Estado é a ambivalência, pois, nessa lógica dicotômica que sustenta essa modernidade, não há espaço para aqueles que Bauman define tomando a expressão do filósofo Jacques Derrida, como os “indecidíveis” (2009, p.23).

É na modernidade sólida que acontece a aliança entre o Estado, a filosofia e a ciência, que vem como legisladores “trabalhando” junto com o Estado e reproduzindo a sua ordem. Assim os considerados intelectuais exerciam o poder sobre os sujeitos “ignorantes” através de seu saber absoluto e inquestionável (não tinha lugar para os diversos saberes apresentados pelos sujeitos, pois estes deveriam ser substituídos por esse único saber que só os considerados intelectuais obtinham). Essa aliança é bastante visível no sistema escolar dessa época, porque o Estado como Jardineiro planta suas flores artificiais e os legisladores (intelectuais) presentes na escola são os professores que através de seu saber dizem o que é o certo, o que é a verdade e submetem esses sujeitos considerados ignorantes e irracionais, os transformando a partir do modelo de sujeito criado pelo Estado. Assim como este, a escola não suporta a diferença que logo é excluída ou acabada, porque a escola é uma fábrica de sujeitos homogeneizados que devem se encaixar em uma sociedade considerada “certa” pelo Estado, ou seja, uma sociedade de sujeitos disciplinados que se submetem às ordens desse Estado soberano. Atrevo-me a dizer que o sistema escolar presente nessa modernidade é “um canteiro de flores artificiais”.

Já na modernidade líquida ocorreram algumas mudanças. Cito as palavras de Almeida, Gomes e Bracht (2009, p.32) para falar sobre o que Bauman define por Modernidade líquida:

[...] a modernidade líquida passou a ser a denominação preferencial de Bauman para referir-se ao contemporâneo. É essa oposição entre solidez e liquidez que permite a ele explicar a distinção entre o nosso modo de vida moderno e aquele vivido por nossos antepassados. Se a solidez era a argamassa do projeto ordenador, a fluidez é o que melhor caracteriza as estratégias de vida na sociedade contemporânea.

Nessa modernidade líquida, os sujeitos já não são controlados por um Estado soberano que lhe oferece uma identidade de sujeito a ser seguida e onde a diferença não era aceita e quando identificada era logo excluída e acabada. Nessa modernidade os sujeitos são controlados pelo mercado que não busca uma centralização de seu poder e esse exige dos sujeitos cada vez mais a criatividade, a heterogeneidade, a flexibilidade e aptidão para novidades... Aqui, o durável que é

⁴ Para Bauman (1999,p.29) a modernidade sólida é caracterizada, principalmente, através da idéia de projeto moderno. O projeto moderno seria o projeto de controle do mundo pela razão. Esse projeto consistia em tornar o mundo “o melhor dos mundos” através do ordenamento racional e técnico.

considerado um problema porque os “produtos” têm um tempo de vida muito curta e devem ser logo descartados para serem substituídos por um novo. As diferenças existem e a temida ambivalência também, e elas não são mais vistas como problemas a serem excluídos e acabados, pois elas existem e tem voz, voz esta que quer ser escutada sem julgamentos.

Estas mudanças que ocorreram na modernidade líquida tentam ser barradas no portão da escola, o que pude perceber através da minha prática inserida na instituição escolar, é que o modelo sólido de escola que se fundamentava em uma modernidade sólida, e tinha sua organização baseada em regras e normas que visam homogeneizar os alunos a partir de um modelo considerado certo pela sociedade, e também pelos profissionais que se fazem ali presente, ainda sobrevive e resiste a estas mudanças.

A imposição de regras começa desde a chegada dos alunos através das filas formadas no pátio da escola, onde além de serem divididos por turmas, ainda são “vigiados” por profissionais que fazem parte do quadro diretivo da escola, para que em momento nenhum eles saiam da fila ou conversem entre si. Aqui a vigilância não está só presente na fila, como também nos corredores, no refeitório e principalmente na sala de aula, onde os alunos estão organizados novamente em fileiras, mas desta vez de classes. Em todos os espaços da escola os alunos são vigiados para que em nenhum momento questionem as regras que fundamentam esta instituição.

Até mesmo o recreio começou a ser controlado por esta instituição. Aqui o aluno já não tem mais liberdade para fazer o que não é permitido nos outros espaços da escola. Pude observar que este era controlado através de brincadeiras que são aceitas pela escola e que acaba evitando a “correria” dos alunos e a perda do controle das profissionais que exercem o papel de “vigilantes da ordem”: a brincadeira permitida é pular corda e os alunos que insistissem em correr ou brincar de outra coisa, eram punidos por essas profissionais tendo seu recreio suspenso. Para Bauman (2010, p.51) “o “domínio” da escola consistia no direito de fixar regras invioláveis, de supervisionar sua aplicação, de garantir a vigilância constante sobre os que eram forçados a cumpri-las e de disciplinar os desviantes ou expulsá-los, se as tentativas de reabilitação falhassem.”

Pude vivenciar em minha prática que dois alunos foram punidos por estarem brincando de “lutinha”. Eles foram encaminhados até a sala dos professores, receberam de uma das profissionais que faz parte da coordenação da escola uma repreensão verbal e depois a punição que levariam por estarem brincando de algo que a escola não permite. Os alunos tiveram seu recreio suspenso por dois dias onde deveriam ficar na sala dos professores copiando. Para Eizirik (2001, p.47) este sistema escolar é,

[...] um sistema vigilante e punitivo, algo que se observa nele é o movimento de homogeneização, da estabilização, da constrição do enquadramento. Desde a formação ainda na família, depois continuando através da escola e permeando o sistema social, a palavra de ordem é conformação a norma, ao sistema; é obediência a determinadas regras.

Os alunos que tentam questionar estas regras, e de alguma forma fogem do controle destas profissionais, são logo vistos como um problema que deve ser logo resolvido, e assim são punidos para que a organização desta instituição se mantenha. Na escola, a diferença é vista como um “problema”, e evidenciada por esta como um “modelo errado” que não deve ser “seguido”, porque põem em “risco” a organização desta instituição. Para Bauman citado por Almeida, Gomes e Bracht (2009, p.22) “(...) as pragas- essas plantas não convidadas, não-programadas, autônomas- estão ali para destacar a fragilidade da ordem imposta; alertam ao jardineiro acerca da eterna exigência de supervisão e vigilância”.

Na minha prática, pude observar um aluno que identificarei como João. Este por várias vezes através de seus atos questionou as regras e normas que organizam esta instituição, e era chamado por uma das profissionais que fazem parte do quadro diretivo da escola, como “aluno

problema” (sic). O primeiro contato, que tive com João foi na sala dos professores, quando esse chegou acompanhado da professora que se mostrava angustiada frente às atitudes do aluno. Ele não aceitou entrar na aula quando a professora ordenou, e quando entrou não realizou as atividades que essa profissional havia passado no quadro. A professora por vezes falou que já não sabia mais o que fazer com João, porque este não a “obedece mais” (sic). No discurso da professora, João questiona esse poder que o professor obtém sobre o aluno nesta instituição, o qual deve se submeter a este sem questioná-lo. Mas este movimento de João acabou incomodando a escola, já que esta atitude não pode acontecer então através da punição ela deve ser “extinta” para que nenhum outro aluno a pratique, e que João volte ao modelo de aluno “certo” imposto pela escola, ou seja, conformado com as regras e submisso ao professor.

As profissionais do quadro diretivo da escola começaram a repreender verbalmente João, mas este não ficou “passivo” frente à punição “verbal”, e reagiu falando que “preferiria trabalhar em vez de estudar” (sic). Uma das profissionais ficou ofendida com que o aluno havia falado então como punição lhe impôs que lesse um livro que ela sugeriu e copiasse todo no caderno, enquanto ela ficaria lhe vigiando e ele só sairia depois que concluísse o que ela havia ordenado. O colocaram sentado ao meu lado para que copiasse e refletisse sobre seu “erro”. Via no rosto do aluno lágrimas que começaram tímidas e logo se transformaram em um choro silencioso. Naquele momento decidi falar com João, lhe perguntei se ele gostava de copiar. Ele ficou em silêncio, insisti perguntando se ele gostaria de conversar comigo. Fez o sinal de negativo com a cabeça. Então fiquei em silêncio respeitando sua decisão, mas tomei como surpresa que minutos depois o aluno falou que “não gostava de copiar, mas sim de pintar” (sic). Então propus que fossemos até a biblioteca buscar um livro para ele pintar. Ele aceitou rapidamente e, enquanto íamos até a sala da biblioteca, falou “que aquelas professoras eram bruxas que não o entendiam, que ele odeia estudar, mas que vai à aula porque a mãe o obriga” (sic). Segundo Freire citado por Soares (2010, p.5) “se estudar, para nós não fosse, quase sempre um fardo, se ler não fosse uma obrigação amarga a cumprir, se, pelo contrário estudar e ler fossem fontes de alegria e de prazer (...)”. Mas como estudar e ler podem ser vistos como fonte de alegria e de prazer, se a escola através de suas regras os transforma em castigo, como no caso de João onde foi punido através de um livro, e isso só acabou reforçando a obrigação e o ódio que sentia em estudar.

Observei que quando chegamos novamente na sala dos professores o aluno que era falante ficou rapidamente em silêncio, como se as palavras tivessem que ser engolidas, porque não falar estava implicitamente imposto como parte do castigo. Mas enquanto João pintava percebi que as lágrimas haviam dado lugar a um sorriso, que se apresentava em meio a um ambiente de punição onde estava inserido no momento. Aquele sorriso explicitava o que ele não poderia expor em palavras porque a fala naquele momento não era permitida.

João traz em seu discurso o quanto se sente “sufocado” (sic), por esta instituição que evidencia a diferença, e se utiliza dela como um “modelo a não ser seguido”, e através das punições, mostra para os outros usuários as conseqüências acarretadas para os sujeitos que “seguirem” esse modelo. A instituição se sente incomodada pela diferença, pois esta acaba questionando sua organização. João através de seus movimentos que acabam suscitando questionamentos nessa organização logo é encaixado nesse “modelo que não deve ser seguido”, e que rapidamente deve ser “resolvido” através das punições. Para Bauman (2010,p.50) “[...]é permitido punir quem, por erro ou escolha, tomasse o caminho errado, e se premiasse quem seguisse dócil e prontamente a estrada certa.”

Os outros dois contatos que tive com João foram no mesmo local, onde a escola tinha o mesmo objetivo, que é puni-lo. A instituição se viu fracassar quando suas punições já não adiantavam, não sabendo mais o que fazer. Então foi nesse momento que a professora que ocupa um dos cargos de orientadora da escola decidiu recorrer a outro profissional. Foi aí que chamaram

uma profissional da área da psicologia para que conversasse com a mãe de João, e a orientasse na criação deste aluno, para que este seguisse o caminho considerado “certo” e se encaixasse ao modelo “certo” de aluno imposto pela escola. Para Bauman citado por Almeida, Gomes e Barcht (2009, p. 47) “(...) se de alguma forma quiser influenciar (o homem), você deve fazer mais do que falar com ele; você deve moldá-lo e moldá-lo de tal forma que ele não possa querer diferentemente do que você deseja que ele queira”. A instituição através das punições tenta moldar João ao modelo de aluno correto defendido pela escola, o submetendo às regras e normas instituídas por esta instituição, assim esta poderia controlar e acabar com os movimentos de João que suscitavam questionamentos a organização escolar.

O motivo que fez a escola recorrer a outro profissional para lhe ajudar com João foi porque o aluno continuava a questionar o “saber” que deveria ser absoluto da professora. Segundo esta, João, desta vez, havia passado de todos os limites, porque disse “que preferiria ler na internet sobre seu herói preferido do que assistir aquela aula” (sic), convidando seus colegas para irem junto. Nesse momento João não apenas questionou o saber da professora, como demonstrou interesse por outras informações, do que as que ela passava em aula. Para Eizirik (2001, p.68)

A alegria da descoberta, a curiosidade pelo que ocorre no mundo, a vontade de saber, estão muito mais para a internet do que para a sala de aula. Parece que o prazer e a alegria, a magia propriamente de ensinar e aprender, ronda pelos corredores da escola, gira por outros espaços, ventila por muitos canais, procura espaços para fluir.

Mas não foi só João que demonstrou interesse por outras informações, questionando o conhecimento da professora, observei em minha prática também o movimento de uma turma de alunos que gostaria de discutir sobre determinado assunto que acharam na internet e que havia lhe causado interesse, e até propõem que a aula acontecesse na biblioteca onde estavam os computadores. A professora achou a idéia “absurda” (sic), levando uma das profissionais que faz parte do quadro diretivo da escola, para repreendê-los verbalmente. Mas mesmo assim os alunos continuaram defendendo seu interesse por outros conhecimentos, mas seu interesse não foi escutado e eles rapidamente foram submetidos a uma das regras que fundamenta esta instituição: que quem obtém o conhecimento “certo” é o professor e o que resta para o aluno é absorvê-lo. Para Canário citado por Mesquita (2009, p.21) a forma escolar é “(...) dimensão pedagógica, a maneira como a educação é concebida, seus métodos e conteúdos. Define que o saber pode ser transmitido, revelado e acumulado. Esta forma confere a escola, o monopólio educativo, desvalorizando outras formas de saberes.” Como aconteceu com os alunos, que tiveram o seu saber desvalorizado pela professora e pela instituição, porque para a escola, o único saber que pode existir em sua realidade, é o saber que o professor passa e o aluno passivamente o adquire.

Para Eizirik (2004, p.105), a instituição escolar é “força de exclusão, massificação e homogeneização, ao mesmo tempo em que se constitui em força de negação do movimento, da criatividade e do convívio com a diversidade”. A autora ainda fala que no cotidiano desta instituição se estabelecem “formas e meios de controle, deter mecanismos de regular o funcionamento, ministrar ensinamentos, formar mentes, determinar regras” (p.32).

Como no caso de João onde a escola tenta encaixá-lo a todo o momento a suas regras, mas este luta contra esta homogeneização que a escola tenta lhe submeter. A instituição então mostra a necessidade de excluir e “exterminar” as ações de João que são pequenos movimentos que poderiam gerar mudanças, mas estas questionam esta organização institucional, que tenta a todo o momento preservá-la através da punição. Mas também isso não acontece apenas com João, mas com qualquer aluno que fuja do “controle” e acabe botando em “risco” esta organização.

O CONJUNTO DE FORMAS INSTITUIDAS E OS MOVIMENTOS DAS FORÇAS INSTITUÍNTES

Esta instituição também se utiliza de formas para organizar sua realidade. Os usuários são encaixados nessas formas, que acabam os definindo. Na minha prática pude observar que as formas presentes nesta escola são o aluno, o professor, o funcionário, a diretora, a vice-diretora e as coordenadoras, onde as formas aparecem com contornos nítidos, diferenciando um usuário do outro e os fazendo pertencer a um coletivo que está definido através de suas formas. Segundo Escóssia e Tedesco (2009 p.92)

O plano de formas corresponde ao plano de organização da realidade (Deleuze e Parnet, 1998) ou plano do instituído (Lourau, 1995) e concerne as figuras já estabilizadas-individuais ou coletivas. Também se incluem aí objetos que acreditamos construir a realidade: coisas e estados de coisa, com contornos definidos que lhes emprestam caráter constante e cujos limites parecem distingui-los uns dos outros.

Estas formas acabam sendo questionadas por seus usuários, através de tentativas de mudança que se apresentam através de diversas maneiras de pensar, posicionar-se e relacionar-se nessa organização, questionando estas formas que organizam a realidade da instituição escolar. Nesse coletivo escolar os usuários estão encaixados em uma forma que organiza a realidade dessa escola, mas quando estes apresentam mudanças saindo do esperado por ela, são vistos como problemas que ameaçam a organização desta. Aqui cito novamente Escóssia e Tedesco (2009, p.92) quando falam, “ao lado dos contornos estáveis do que denominamos formas, objetos ou sujeitos, coexiste o plano das forças que os produzem (...)”, e que fazem ter maneiras particulares, de pensar, se posicionar e se relacionar, e estar sempre em constante transformação, suscitando transformações nesse coletivo e na realidade dessa instituição. Segundo Lourau, citado por Escóssia e Tedesco (2009, pág.95) o plano de forças que transforma o coletivo questionando as formas que organizam essa instituição é definido pelo autor como plano do instituinte. Como para Barembliitt (2002, p.29) quando define o instituinte de “(...) momentos de transformação institucional, a essas forças que tendem a transformar as instituições ou também a estas forças que tendem a fundá-las (quando ainda não existem), a isso se chama instituinte ou forças instituintes (...)”.

Na minha vivência, observei maneiras particulares dos usuários de pensar, se posicionar e se relacionar dentro da instituição. Estas vinham como movimentos instituintes que suscitavam mudanças nas formas instituídas as quais eram encaixados. Como no caso de Maria que era uma professora que iria se aposentar no final do mês, e até isso ocorrer ficava na biblioteca cuidando dos livros. Foi lá que encontrei Maria lendo um dos livros, mas quando me enxergou fez questão de me convidar para sentar ao seu lado para conversarmos. Ela então começou a me relatar sobre o motivo de estar ali na biblioteca. Referiu que sentia falta de estar dentro de uma sala de aula, mas não é dessas professoras que exige silêncio pelo contrário chega à sala de aula e diz que os alunos podem conversar. Disse que não consegue trabalhar com o silêncio. Disse que já foi aluna um dia e sabe como é ruim estar sentada em uma cadeira sem “poder respirar” porque o professor chama a atenção. Disse que sua maneira de trabalhar incomoda muito a escola, mas vê que não encontra dificuldade com os alunos, diferente de seus colegas que às vezes tem que pedir afastamento da escola porque não agüentam determinada turma. Falou que tem colegas que assumem uma postura muito “rígida” perante os alunos, onde ele “sabe tudo” enquanto o aluno deve “calar a boca”. Disse que esses colegas se frustram porque transformam sua prática num “inferno”, porque acham que só eles têm a ensinar para os alunos e não acreditam que podem aprender com os alunos, ou seja, uma troca de conhecimentos (sic). Para Bauman (2010, p.54) “os alunos procuram “consultores” que

lhes ajudem a caminhar, e não professores que os orientem num percurso único e superlotado.”

Maria através de seu relato mostra o quanto questiona a forma de professor o qual a escola tenta lhe encaixar, demonstrando maneiras particulares de pensar sua prática, suscitando mudanças em sua relação com os alunos e também com a escola. A instituição acaba vendo a prática de Maria como um problema porque acaba questionando sua organização, então acaba punindo a professora através do seu afastamento da sala de aula, ou seja, acaba lhe afastando do que mais gosta de fazer. A professora é punida por tentar estabelecer uma comunicação com seus alunos, comunicação que somente acontece quando o professor sai do lugar de “mestre da verdade” e se possibilita a escutar a diversidade que se encontra no discurso dos alunos. Segundo Almeida, Gomes e Bracht (2009, p.55) “(...) o novo quadro apenas vai exigir dos intelectuais (dos professores, portanto) uma tarefa muito mais humilde: que sejam especialistas na arte de traduzir entre as distintas tradições culturais.” Que sejam, portanto interpretadores e tradutores da diversidade cultural: aqueles que escutam sem a necessidade de julgar se é certo ou não, mas se permitem a entender e a compreender essa diversidade não a vendo como um problema a ser excluído ou acabado. Mas também não adianta permitir que ela exista sem se comunicar com ela, pois o profissional da educação pode proporcionar a comunicação entre as diversidades existentes naquele espaço, proporcionando trocas que possam trazer transformações nos indivíduos e neles.

No discurso de Maria se encontra explícito um movimento gerado por suas idéias particulares de se pensar uma nova prática para o professor, prática que acaba suscitando mudanças, que são vistas pela escola como problemas a serem “exterminados”, porque questionam o plano do instituído que organiza sua realidade. A partir dessa tentativa de mudança na prática desse profissional, começa a se pensar no papel do professor como educador, e aqui me utilizo das palavras de Rubem Alves citado por Eizirik (2001, p. 68) que fala sobre a relação educador-professor:

Eu diria que os educadores são como as velhas árvores. Possuem uma face, um nome, uma “estória” a ser contada. Habitam um mundo que o que vale é a relação que os liga aos alunos, sendo que cada aluno é uma “entidade sui generis”, portador de um nome, também de uma estória, sofrendo tristezas e alimentando esperanças. E a educação é algo para acontecer neste espaço invisível e denso, que se estabelece a dois. Espaço artesanal. [...] Mas os “professores” são habitantes de um mundo diferente, onde o “educador” pouco importa, pois o que interessa é um critério cultural que o aluno adquire em uma disciplina identificada por uma sigla, sendo que, para fins institucionais, nenhuma diferença faz aquele que a ministra. Por isto mesmo, professores são entidades “descartáveis”, da mesma forma como há canetas descartáveis, coadores de café descartáveis, copinhos plásticos de café descartáveis. De educadores para professores realizamos o salto de pessoa para função.

No discurso de Maria se encontra esse papel que Rubem Alves define como educador, porque esta fala de uma relação construída entre ela e os alunos, onde a sala de aula é um lugar de construção e troca de conhecimento entre professor e aluno, diferente de seus colegas que ainda estão “aprisionados” a uma forma instituída pela escola e que define o professor, tornando sua prática em sala de aula “intolerável” tanto para eles, quanto para os alunos. Para Eizirik (2001, p.151) “(...) é necessário voltar os olhos para o professor e ajudá-lo a redescobrir seu papel, capacitando-o para outra relação, que não seja de dominação e violência sobre o aluno, que só podem gerar mais violência dentro da escola”.

Pude observar na prática de dois professores, este movimento que questiona a forma instituída de professor, esta que define a relação entre professor e aluno, como algo “intolerável” para ambos. Estes professores são voluntários, que realizam uma oficina que tem como objetivo “unir” música e dança. Uma característica desta oficina é que esta se realiza no pátio da escola e

não em uma sala de aula, onde é o aluno que escolhe a música e cria a dança, para depois expor para os colegas que fazem parte daquele grupo. Nesse grupo os professores estão inseridos, ao lado dos alunos em um grande círculo que é feito no meio do pátio, diferente da prática de outros professores que se colocam na frente dos alunos que estão organizados em filas.

Percebi que estas oficinas eram as únicas que os alunos procuravam espontaneamente, diferente das outras onde seus nomes eram colocados pelos professores e acabam sendo obrigados a participarem. Para Freire citado por Soares (2010, p.2) “o professor terá que ser diferente do que foi até aqui, deverá ser alguém que seja capaz de criar novas formas de aprendizagem e que seja, ao mesmo tempo aprendente rejeitando a “educação bancária”, que é anti-emancipatória e anti-ética(...)”. É como esses professores pensam sua prática, como aprendentes, que aprendem junto com seus alunos, e não impondo determinado saber para eles. Mas não demorou muito para a instituição começar a se incomodar com a maneira que esses professores realizavam as oficinas, começando a falar várias vezes que o barulho estava atrapalhando o rendimento dos outros alunos na sala de aula, e que os professores deveriam ser mais “enérgicos” com seus alunos porque estes já estavam tomando conta e as oficinas já estavam virando uma “bagunça” (sic). Aquelas oficinas prendiam a minha atenção, porque ali eu observava o movimento que elas traziam para aquela instituição, onde eu podia ver a criatividade e a espontaneidade dos alunos, estas que não existem nos outros espaços da escola, porque o que se reproduz nestes outros espaços é quase que algo “mecânico”, onde todos devem aprender a mesma coisa, sem levar em conta a particularidade de cada um. Nestes espaços a escola só se mostra preocupada em manter sua organização. Segundo Canário citado por Mesquita (2009, p.21) “a organização da escola compreende a relação professor com a turma, pois a construção do saber é organizada no coletivo. Define a organização específica do tempo, dos espaços e das disciplinas. A forma organizacional da escola condiciona e pode desestimular o pensamento crítico”. Pude perceber que o pensamento crítico não é aceito por esta instituição, este tem que dar lugar a um pensamento imposto pela escola, ou seja, um pensamento de conformismo frente ao plano do instituído, que homogeneiza e disciplina seus usuários.

A escola quando percebeu que as oficinas estavam suscitando mudanças em sua organização, decidiu que as oficinas só se realizariam quinzenalmente em vez de duas vezes por semana, e os alunos passariam por uma seleção, onde determinados professores escolheriam os alunos que participariam das oficinas e as aulas não aconteceriam mais no pátio e sim no refeitório da escola. Os professores que como Maria questionavam a forma de professor que a escola lhe impõem, suscitando mudanças em sua prática e na relação com os alunos, estes que também acabavam saindo da forma de aluno que a escola tenta encaixá-lo. Mas quando a instituição percebe estes movimentos luta para barrá-los, como foi no caso de Maria e dos professores que são punidos por seus movimentos instituintes que suscitam questionamento e mudanças ao que é instituído pela escola, e possibilita uma nova forma de pensar na relação professor e aluno, sem ser uma relação de domínio e imposição de um saber. Utilizo-me de Barermblytt (2002, p.30) quando diz “(...) O instituinte aparece como um processo, enquanto o instituído aparece como um resultado. O instituinte transmite uma característica dinâmica; o instituído transmite uma característica estática, estabilizada (...)”.

Mas não são somente os professores que apresentam movimentos instituintes que questionam o que é instituído por esta instituição. Pude observar um dia quando cheguei na sala dos professores, três alunos, eram duas meninas e um menino, que estavam mexendo na mesa de uma das profissionais que ocupam o cargo de coordenação da escola, enquanto o outro aluno estava pulando no sofá. Quando me enxergaram rapidamente pararam o que estavam fazendo e se sentaram rapidamente no sofá, me pedindo que não contasse o que eu havia visto. Quando falei que não contaria, as crianças rapidamente voltaram a fazer o que estavam fazendo antes, até que chegou uma das coordenadoras e eles se sentaram rapidamente, e olhavam para mim sorrindo porque eu

não havia contado. Foi aí que compreendi que eles estavam ali esperando uma punição, por estarem brincando em sala de aula. Outro movimento que vivenciei foi um dia no recreio, quando os alunos pegaram um limão para jogarem bola, porque esta brincadeira não é permitida pela escola, mas quando as profissionais que vigiam o recreio enxergaram os alunos jogando com o limão, foram logo os colocando sentados no banco enquanto o limão foi “confiscado” para a diretoria. Em outro dia no recreio pude observar alunos que queriam correr, mas não podiam por causa das profissionais que estavam vigiando. Então conseguiram ir para outros espaços da escola que não estavam sendo vigiados e conseguiram fazer o que gostariam sem que estas profissionais descobrissem e os punissem.

Este plano de forças instituintes apresentada por seus usuários, são movimentos que vem como uma forma de resistência ao instituído e, quando são identificados pela instituição são logo barrados, mas alguns sempre “escapam” a “vigilância” institucional e acabam suscitando transformações. Ou como fala Baremlitt (2002, p.30) “(...) o instituinte aparece como atividade revolucionária, criativa, transformadora por excelência”.

A HIERARQUIA DO SISTEMA ESCOLAR

Na instituição escolar também está estabelecida uma determinada hierarquia entre seus usuários, onde as formas instituídas que os encaixam também os definem dentro desta hierarquia. Pude observar na escola a hierarquia presente entre os profissionais desta instituição, onde determinadas profissões são mais valorizadas que as outras, gerando assim um conflito entre esses profissionais.

Na escola tive contato com o quadro de funcionários que ali trabalhavam. Estes traziam em seu discurso o quanto sentiam seu trabalho desvalorizado pelos profissionais que ocupavam a forma de professor, das profissionais que faziam parte do quadro diretivo e das profissionais que fazem parte da coordenação da instituição. Através de suas atitudes deixavam claro a divisão entre os que “tinham estudo” (ou seja, aqueles que cursam ou concluíram uma universidade) e os que “não tinham estudo” (sic). As funcionárias estavam presas a esta divisão, porque quando fui me inserir em seu meio elas “estranharam” minha atitude e no primeiro momento tentaram me barrar, porque eu fazia parte do grupo dos que “tem estudo”. Para Freidson (1996, p.141) “(...) houve um constante aumento nas ocupações de formação universitária, que ganharam posições privilegiadas tanto no serviço público civil como no mercado privado (...)”. Para os funcionários os sujeitos que “tem estudo”, são mais valorizados que eles dentro desta instituição, e assim acabam tendo conflitos com estes aumentando ainda mais a divisão presente nesta instituição.

Essa divisão era bastante explícita no discurso da funcionária que identificarei como Joana, que dizia que os funcionários não eram escutados quando não conseguiam limpar todas as salas em um dia, e eram logo chamados para uma reunião com as profissionais do quadro diretivo para levarem “sermão”. Disse que nunca puderam participar de nenhuma reunião com os professores e só participam de reuniões quando é para receber “sermão” e nem serem escutados e ainda disse que são criticados por pedirem que os professores tentem deixar a sua sala organizada no final da aula. (sic)

Já a outra funcionária que trabalha juntamente com Joana que identificarei como Luiza, relata que apesar desta divisão existir e “beneficiar” os profissionais que “tem estudo”, são elas as funcionárias que tem mais contato com os alunos. Disse que o quadro diretivo, que está presente no topo da “pirâmide hierárquica” da instituição, só se comunica com os alunos para punilos, sem levar em conta o que eles têm a dizer igual o que acontece com elas porque só são chamadas por essas profissionais que estão no “topo da pirâmide” para serem punidas através de

“sermões” (sic). Segundo Freidson (1996, p.144) “(...) a divisão é mais aguçada nas profissões, pois alguns membros ocupam uma função institucionalizada de autoridade e não precisam se envolver na prática (...)”. As profissionais que fazem parte do quadro diretivo da escola ocupam um lugar “privilegiado” nessa hierarquia, onde não se fazem presentes na prática das funcionárias e acabam se comunicando com elas só para julgá-las e darem ordens. Isso acaba incomodando estas que acabam agindo, para ver se seu trabalho começa a ser valorizado pelos profissionais desta instituição. Como no caso de Joana que, cansada com essa hierarquia, decide através de suas atitudes mostrar que seu trabalho também é importante para a escola. Esta funcionária ficou alguns dias sem limpar as salas de aula e em um recreio se negou em dar merenda aos alunos. Joana mostra tanto em seu discurso como em suas ações o quanto se incomoda com essa hierarquia estabelecida na escola, onde ela tem seu trabalho desvalorizado e não tem voz dentro desta instituição. Diante disso, pensa que através das suas ações estes profissionais possam perceber o quanto o seu trabalho é importante.

Pude vivenciar esta hierarquia relatada pelas funcionárias em um dia onde estava sentada na cozinha conversando com Joana e Luiza enquanto estas faziam a merenda e reclamavam por terem pedido ajuda para os professores para servirem os alunos, e estes se negaram. Falaram que só as duas não dariam conta porque eram muitos alunos. Então decidi naquele momento me oferecer para ajudá-las e Joana rapidamente aceitou, mas Luiza me olhou surpresa e perguntou como eu aceitava ajudá-las já que eu era uma das profissionais que “tinha estudo”. Perguntei por que isso me diferenciava delas e me impedia de ajudá-las e Luiza ficou em silêncio até que me alcançou o avental que os funcionários são obrigados pela instituição a usarem. Este avental deixa mais explícito esta divisão entre os profissionais, porque na sua frente há escrito em letras grandes a palavra funcionário. Quando vesti o avental fui até o refeitório para alcançar a merenda para os alunos.

Enquanto eu estava ali com aquele avental que marcava a minha função como funcionária, os professores que às vezes nos outros espaços da escola conversavam comigo, naquele espaço nem me olhavam e muito menos conversavam. Só falavam quando era para exigir a merenda para eles. Naquele momento comecei a me sentir mal, porque eu era invisível aos olhos daqueles profissionais, por ocupar naquele momento uma forma desvalorizada na “pirâmide hierárquica” daquela instituição. Pude vivenciar o que as funcionárias me relatavam em seu discurso e fiquei arrasada por um trabalho tão importante para instituição ser tão desvalorizado por seus profissionais.

Mas essa vivência que tive no refeitório ocupando o lugar de funcionária daquela instituição, fala da pesquisa etnográfica que segundo Ferreira citado por Oliveira (2005, p.1) é um “estudo e descrição dos povos, sua língua, raça, religião e manifestações materiais de sua atividade; descrição da cultura material dum determinado povo, é a descrição de determinados aspectos da cultura sem que se faça juízo de valor”. O pesquisador etnográfico se insere no campo para acompanhar o “coletivo” que está estudando, mas sua inserção se dá através da observação participante. Nessa observação participante segundo Veiga citado por Oliveira (2005, p.2) os “(...) pesquisadores e pesquisados seriam sujeitos ativos da produção do conhecimento. O pesquisador tem sempre um certo grau de interação com a situação investigada, atingindo-a e sendo por ela atingido.” Através de minha vivência como funcionária fui “atingida” pela invisibilidade frente ao seu trabalho que antes só tinha contato através de seus relatos.

Também observei que minha vivência como funcionária foi como que “a chave de entrada” para o grupo delas porque as resistências que existiam por eu “ter estudo” haviam sido “dissolvidas”, e elas começaram a falar sem restrições quando eu estava presente. A minha relação com elas havia mudado porque segundo Luiza “agora eu era uma delas porque eu sofri o que elas sofrem” (sic), e também pude perceber que minha inserção nesse grupo pode possibilitar alguns

questionamentos para a divisão que já era instituída pela instituição entre os que “tem estudo” e os que “não tem estudo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema escolar se mostra sólido e fechado para possíveis mudanças, isso fica explícito através de suas regras, normas, formas (que definem os usuários dentro dessa instituição), da constante vigilância e das punições. Tudo isso serve para manter a organização dessa instituição que se utiliza da “diferença” como um “modelo a não ser seguido”. Já a mudança é considerada um problema que deve ser resolvido o quanto antes, porque nessa instituição a palavra de “ordem” é a submissão passiva a um modelo escolar que visa homogeneizar e disciplinar seus usuários. Observei na minha prática que as mudanças ocorridas na Modernidade Líquida tentam ser barradas no portão da escola, e apesar de toda a vigilância elas se mostram como atravessamentos implícitos que geram transformações nos usuários que os faz posicionarem-se, relacionarem-se e pensarem de diversas maneiras, que acabam suscitando em movimentos que trazem mudanças, afetando não somente os usuários, mas também o espaço coletivo onde eles estão inseridos.

Estas mudanças acabam questionando esse Sistema Escolar, que para se defender das mudanças indesejadas tenta *exterminá-las* o mais rápido possível, para que não fuja de seu controle e acabe colocando em risco sua organização. Para manter tal organização e acabar com os questionamentos que surgem, a escola adota um modelo punitivo, que se mostrou em minha prática através da suspensão do recreio, da repreensão verbal, do afastamento da sala de aula, entre outros.

Este modelo punitivo demonstra a intolerância desse sistema escolar as mudanças suscitadas a partir dos movimentos instituintes criados por seus usuários, que são “castigados” por suas ações questionadoras, e vistos como “problemas” porque não se encaixam em uma forma instituída que os define nesta instituição.

Através desses movimentos instituintes os usuários demonstram atravessamentos que sofrem da modernidade líquida, mas que encontram “barreiras” nesse sistema escolar sólido que tenta sobreviver, assim se cria um conflito entre instituição e usuários e também entre usuários que ocupam diferentes formas nessa escola, transformando suas vivências nesta instituição em algo “insuportável”.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA; GOMES; BRACHT, Felipe Q.; Ivan M.; Valter, **Bauman e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- BAREMBLITT, G, **Compêndio de Análise Institucional**.3.Ed. Rio de Janeiro:Rosa dos Tempos, 1996.
- _____, G, **Compêndio de Análise Institucional**.5. Ed. Belo Horizonte, MG: Instituto Félix Guatarri, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt, **Modernidade e ambivalência**.1. Ed.Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____, Zygmunt, **Capitalismo parasitário**. Ed.Rio de Janeiro: Jorge Zahar,2010.
- EIZIRIK, Marisa, **A escola (in)visível jogos de poder, saber e verdade**. 2. Ed. Porto Alegre: Urgs, 2004.
- _____, Marisa, **Educação e Escola, a aventura institucional**. Ed. Porto Alegre: AGE,2001.
- FREIDSON, Eliot, **Para uma análise das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n31, ano11, jun.1996, pp. 141-

154.

MESQUITA, Silvana, **Fatores intraescolares e desempenho escolar: o que faz a diferença?** .2009. Disponível em http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0710362_09_pretextual.pdf, publicado em 10/06/2009. Acesso em: 04 junho, 2012.

OLIVEIRA, S.C., **A abordagem da pesquisa etnográfica: reflexões e contribuições.** 2005, Disponível em <http://www.Psicopedagogiaonline.com.br>, publicado em 18/07/2005. Acesso em: 28 maio, 2012.

PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, Eduardo; Virgínia; Liliana, **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Ed. Porto Alegre: Sulina,2009.

SOARES, Ana Maria, **A escola tem futuro? Das promessas as incertezas.** 2010, Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/33085094/Para-onde-vai-a-educacao>, publicado 15/06/2010. Acesso em: 30 maio, 2012.